

Licenciatura em Ciências Policiais pela Escola Superior de Polícia, atual Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (1994);

Mestre em Sociedades e Políticas Europeias pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2001);

Doutorado em Ciências Sociais — Especialidade em Ciências Políticas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — Universidade Técnica de Lisboa (2010).

### 3 — Experiência profissional

Desde 1 de fevereiro de 2012 — Diretor do Gabinete de Segurança Escolar do Ministério da Educação e Ciência;

Diretor-adjunto do Gabinete Coordenador da Segurança Escolar, de 23-05-2009 a 31-01-2012;

Adjunto da Equipa de Missão para a Segurança Escolar, de 11-12-2006 a 22-05-2009;

Diretor do Centro Educativo — Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça, de 02-02-2006 a 10-12-2006;

Diretor Regional — Direção Regional do Centro do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça, de 07-11-2002 a 01-02-2006;

Diretor do Centro Educativo — Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça, de 01-01-2001 a 06-11-2002.

### 4 — Outra Experiência profissional

Subdiretor do Colégio dos Olivais — Coimbra, de 17-04-2000 a 31-12-2000;

Inspetor Principal da Inspeção-Geral da Administração Interna — Ministério da Administração Interna, de 02-01-1997 a 16-04-2000;

Adjunto do Gabinete de Estudos da Escola Superior de Polícia (atual Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna), de 01-11-1995 a 01-01-1996;

Docente na Escola Prática da Polícia, de 10-04-1995 a 31-10-1995;

Comandante de Esquadra, de 01-07-1994 a 09-04-1995;

Agente da Polícia de Segurança Pública, de 01-07-1987 a 30-08-1989.

208831458

## Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

### Despacho n.º 8320-H/2015

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., classificada no grupo A e abreviadamente designada por Agência, I. P., é um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio e integra a Presidência do Conselho de Ministros, sob superintendência e tutela do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional.

Através do Despacho n.º 8098-B/2015, de 16 de julho de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 23 de julho de 2015, e após procedimento concursal, foi provido o cargo de Presidente do Conselho Diretivo da Agência, I. P., sendo ora necessário designar o Vice-Presidente e os dois Vogais que compõem aquele Conselho Diretivo.

Assim, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com os n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho, pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e em conformidade com o previsto no artigo 1.º e n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro:

1 — Designo para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., o mestre Duarte Alexandre de Jesus Rodrigues.

2 — Designo para os cargos de Vogais do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., as licenciadas Elisabete Maria Quintas da Silva e Margarida Maria Chaves Pratas Ferreira Filipe.

3 — As presentes designações são efetuadas em regime de substituição e têm como suporte as notas curriculares dos ora designados, publicadas em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 29 de julho de 2015.

28 de julho de 2015. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Manuel Castro Almeida*.

## ANEXO

### Nota curricular de Duarte Alexandre de Jesus Rodrigues

#### 1 — Identificação

Duarte Alexandre de Jesus Rodrigues;  
Naturalidade: Lisboa.

#### 2 — Habilitações Académicas

Mestre em Economia pelo ISEG/UTL (1999);  
Licenciado em Economia pelo ISEG/UTL (1996).

#### 3 — Experiência profissional

Vogal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (desde 2013);  
Delegado português no Comité de Políticas de Desenvolvimento Territorial da OCDE (desde 2008) e Presidente do Grupo de Trabalho sobre indicadores territoriais deste Comité (desde 2010);

Perito internacional em diversos projetos desenvolvidos pela OCDE e Comissão Europeia;

Coordenador-adjunto do Observatório do QREN (2008-2013);

Assessor do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (2005-2008);

Chefe do Serviço de Estatísticas Territoriais do Instituto Nacional de Estatística (1998-2005);

Consultor da empresa Augusto Mateus & Associados (2001-2005);

Investigador do Centro de Investigações Regionais e Urbanas (CIRIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa — ISEG/UTL (1996-2005);

Assistente convidado no ISEG/UTL (1999-2011) e Universidade de Lisboa (2003-2004).

### Nota curricular de Elisabete Maria Quintas da Silva

#### Identificação:

Nome: Elisabete Maria Quintas da Silva;  
Naturalidade: Lisboa.

#### Habilitações Académicas:

Licenciada e com Pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa (2003);

#### Experiência Profissional:

2013-04-22 — Técnica especialista no Gabinete do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Responsável pela coordenação técnica global do processo de programação e de negociação do ciclo de fundos europeus e de investimento do período de programação financeira 2014-2020.

2012-10-17 — Técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, Coordenadora executiva do Grupo de Trabalho encarregue da preparação do período de programação financeira 2014-2020 no âmbito do Ministério da Economia, Membro da Comissão dos Assuntos Europeus para preparação do Acordo de Parceria.

2011-09-20 — Presidente do Comité de Política Ambiental da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas.

2008-11-01 — Secretária Técnica da Comissão Técnica de Coordenação do QREN e Assessora de Direção no Observatório do QREN.

2005-04-01 — Consultora no Observatório do QCA III, integrou o núcleo do grupo de trabalho que preparou o Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN para o período de programação financeira da União Europeia 2007-2013.

2004-07-17 — Assessora no Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional no XVI Governo Constitucional, Responsável pelo acompanhamento das negociações, no âmbito do Conselho da União Europeia, do período de programação financeira da Comunidade 2007-2013 e do correspondente ciclo de intervenções estruturais, e, bem assim, dos Regulamentos da Política de Coesão pós-2006 (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu).

1998-11-11 — Coordenadora de Assuntos Europeus no Gabinete de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente.

### Nota curricular de Margarida Maria Chaves Pratas Ferreira Filipe

#### Identificação:

Nome: Margarida Maria Chaves Pratas Ferreira Filipe;  
Naturalidade: Lisboa.

**Formação Académica:**

Licenciatura em Economia, na Universidade Católica Portuguesa (1976-1981);

Pós-Graduação «Licence Spéciale en Économie Européenne» na Université Libre de Bruxelles (1984-1985);

Pós-Graduação em Gestão de Projetos, no Instituto Superior de Gestão (2003-2004);

**Experiência Profissional:**

Técnica Assessora da Equipa de Missão Lisboa-Europa2020 — Câmara Municipal de Lisboa — maio de 2015;

Vogal da Comissão Diretiva do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) — agosto 2007 a abril de 2015;

Chefe de Projeto da Estrutura de Gestão Financeira, Avaliação e Informação do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) — fevereiro 2001 a julho de 2007;

Diretora de Serviços Estrutura de Coordenação e Avaliação do Programa Pessoa — Instituto do Emprego e Formação Profissional — julho de 1992 a fevereiro de 2001;

Chefe de Divisão de Coordenação dos Centros de Formação — Instituto do Emprego e Formação Profissional — janeiro de 1992 a julho de 1992;

Técnica Superior da Divisão de Coordenação dos Centros de Formação — Instituto do Emprego e Formação Profissional — de setembro de 1989 a janeiro de 1992;

Técnica Superior da Divisão dos Assuntos do FSE — Instituto do Emprego e Formação Profissional — de janeiro de 1986 a setembro de 1989;

Estágio EDP, Eletricidade de Portugal, na Divisão de Formação Profissional — de abril de 1982 a outubro de 1982.

208831482

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

### Gabinetes do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

**Despacho n.º 8320-I/2015**

Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 179/2014, de 17 de dezembro, bem como no n.º 4 do artigo 35.º-A do Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 24/2015, de 6 de fevereiro, e no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro:

1 — É designado o Dr. Joaquim Roberto Pereira Grilo para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de maio.

2 — O designado fica autorizado a optar pelo vencimento da sua função, cargo ou categoria de origem, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

3 — A presente designação é efetuada em regime de substituição e tem como suporte a nota curricular do ora designado, publicada em anexo ao presente despacho que dele faz parte integrante.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 29 de julho de 2015.

28 de julho de 2015. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Manuel Castro Almeida*.

**ANEXO****Nota curricular****Identificação:**

Nome: Joaquim Roberto Pereira Grilo;

Data de nascimento: 8 de fevereiro de 1972.

**Habilitações Académicas e Formação Complementar mais relevante:**

Licenciado em Economia pela Universidade de Évora (2000).

Curso de Especialização de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus da Universidade de Évora (2006).

Seminário de Alta Direção da Administração Pública (SAD) do INA — Instituto Nacional de Administração (2005).

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) do INA — Instituto Nacional de Administração (2013).

**Experiência Profissional mais relevante:**

Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo desde 1 de março de 2015;

Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo desde 20 fevereiro de 2012, nomeado em regime de substituição;

Entre abril de 2009 e fevereiro de 2012, foi Técnico Superior na área de Economia do Gabinete de Apoio Investimento e à Iniciativa Turística da Turismo do Alentejo, E. R. T.;

Entre 2007 e 2009, foi Colaborador área comercial, financeira e gestão de clientes do Grupo Finibanco, S. A.;

Entre 2006 e 2007, foi Coordenador e Supervisor de Auditorias na Floriano Tocha & Paulo Chaves, Associados, SROC, L.ª;

Entre 2006 e 2007, foi Consultor Económico — Financeiro da Tocha & Chaves — Consultores Financeiros;

Entre 2005 e 2007, foi Presidente do Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moravis, CRL;

Entre 2002 e 2005, foi Chefe de Gabinete do Governador Civil de Portalegre;

Entre 2000 e 2002 e de 2006 a 2007, foi Economista e Consultor Financeiro do Grupo Competir, S. A.;

Economista, portador da Cédula Profissional n.º 9850, emitida pela Ordem dos Economistas.

208831709

**PARTE E****INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO****Despacho n.º 8320-J/2015**

O Instituto Politécnico do Porto pretende iniciar um procedimento de Concurso Público ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do CCP, para a realização da “Empreitada de remodelação das novas instalações da ESTSP — Edifícios A, B, C, Cantina e Biblioteca”, com a Ref. PC.001.2015.0000309.

**Considerando que:**

i. O Instituto Politécnico do Porto, enquanto instituição de ensino superior pública, é dotada de um regime especial de autonomia administrativa e financeira, nos termos conjugados da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e do artigo 94.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho;

ii. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a abertura de procedimento que dê lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico e que excedem o